

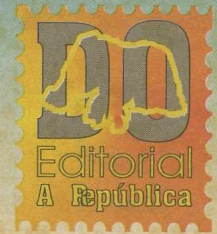


JORNAL

Três Poderes d'

trespoderesdarepublica@rn.gov.br

A REPÚBLICA



Ano 2 - nº 21 - Agosto de 2007 - Rio Grande do Norte

# Governo faz parceria para fortalecer a agricultura familiar

Pág. 4



Maria Tereza Ribeiro e Alessandra Patricia Gomes

## Taquigrafia: uma função importante para o TRE

Pág. 8

Foto: Jaime Paulino



Adhemar de Almeida: Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério da Reforma Agrária

## TCE aprova contas do Governo



Pág. 6 Conselheiro Renato Dias: relator

## Justiça Itinerante do TJ chega a Nísia Floresta

Pág. 5

RN instala Conselho de Economia Solidária

Pág. 3

Devedores do Estado terão nomes no SPC

Pág. 3

Robinson quer AL sintonizada com o povo

Pág. 5

JF condena acusados de seqüestro: caso CEF

Pág. 7

MPE e a Google irão fiscalizar o Orkut

Pág. 8



## Opinião

## Variações sobre um tema de Mathias Aires e Rousseau

Francisco Assuero Bezerra\*

Falar de Mathias Aires é falar de um quase desconhecido brasileiro; é trazer para o século XXI os ecos do pensamento humanístico do século XVIII que vibrou nos escritos do maior filósofo brasileiro, tão famoso na Europa quanto ignorado no Brasil. Observador perspicaz das misérias e dos sucessos humanos, tudo ele captava. Destemeroso, jamais deu o caráter de luz ao que no homem são trevas; evitou sempre glorificar os heróis que assim se fizeram pela opressão, pela espada, pelo engano e dissimulação.

Seu mérito supremo é ter demonstrado com seus pensamentos que o Homem no século XVIII é o mesmo do século XXI quando se trata de buscar e encontrar suas vaidades. O mais cruel em todas suas conclusões é a certeza que nelas encontramos de que não há felicidade, amor, fraternidade, compaixão, honestidade e humanidade quando o Homem é movido por e para a satisfação das suas vaidades, pois por esse caminho tudo é desconstrução, tudo é fumaça: "Vanitas vanitatum vanitas", tudo conforme sabiamente celebra o Eclesiastes.

Nossas Supremas Casas Legislativas - a Câmara dos Deputados e o Senado - transformaram-se em dois poços de vaidades. Verdade que são poços diferentes, mas têm a mesma natureza que procede das mesmíssimas vaidades. O fundamental para ambas não é o que são, mas o que devem aparentar ser. Os discursadores contumazes e mais assíduos de suas tribunas não se cansam de bradar: "é preciso que mudemos e que algo façamos para que nosso Congresso Nacional readquirira o respeito do povo e tenha uma nova aparência". A aparência, que um quase nada deve ser na política, passou a ser tudo no Congresso Nacional.

### Juiz lança blog sobre Direito

O juiz federal Marcos Mairton, titular da 8ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, lançou um blog especializado em Tecnologia e Gestão no Poder Judiciário. Através do [www.marcos.mairton.blog.uol.com.br](http://www.marcos.mairton.blog.uol.com.br) o internauta tem acesso a artigos e informações postadas pelo autor. Inclusive, o juiz escreveu um artigo intitulado "A atuação das agências reguladoras e controle jurisdicional: o caso do aeroporto de Congonhas e as derapagens das aeronaves". Outro artigo já disponível no blog é uma crônica sobre "O dilema do juiz gestor".

E em que consiste a diferença entre estes dois poços? Ei-la: A Câmara dos Deputados é assim como um grande poço-amazonas, donde as águas da vaidade não jorram, mas onde se escondem volumosas e silenciosas em seu interior e erodindo superficialmente e corroendo e desgastando tudo o que é pétreo na constituição do embasamento da República. O Senado é um poço-artesiano. Menorzinho em suas dimensões, não em seu escopo, mais profundo e por isso mesmo habitante das maiores escuridões, conhecedor dos segredos mais guardados da natureza a que pertence, tem colhido o sal do descrédito e da desrespeitabilidade da nação por se achar corrompido em seus atos e corrompendo nossa gente por suas ações. E tudo isso, isso tudo, por irrefreada vaidade que não pode e não deve ter lugar em qualquer democracia.

Mathias Aires Ramos da Silva de Eça escreveu uma espécie de "genealogia da vaidade" em 1752, em Portugal, e nela inspirei-me para produzir esta insignificante variação sobre a impressão que causam ao povo acontecimentos recentes na política de nossa República. Mas, quatro anos antes de sua publicação, em 1749, em França, um jovem novo homem de apenas 37 anos, ainda desconhecido, quase um vadio, amante da música e por isso músico amador, por nome Jean-Jacques Rousseau, começava a produzir, sem o saber, os ingredientes com os quais seria feito o estopim da revolta que, aceso, levaria os franceses a se transformarem, eles mesmos, em pólvora, a incendiarem o manual dos velhos costumes monárquicos e absolutistas e a mostrarem uma nova ordem política e social, toda ela baseada na autonomia do povo.

Se Jean-Jacques Rousseau produziu com seus escritos algo de caráter intrinsecamente revolucioná-

rio, tal escrito é o ensaio que ele apresentou, concorrendo a um prêmio na Universidade de Dijon e que o fez notadamente famoso em toda Europa. O que esta Academia colocou à discussão foi: "Contribuiu o progresso da Ciência e das Artes para corromper ou para purificar a conduta moral?" A resposta que o senhor Jean-Jacques apresentou à questão ganhou o prêmio da Academia e, paradoxalmente, subverteu o conceito que se tinha no mundo "iluminista" daquele tempo do conhecimento e da razão sobre seu efeito aperfeiçoador no homem.

Dentre as conclusões a que chegou, as mais impressionantemente contundentes são estas: - a cultura (no sentido de conhecimento) é muito mais um mal do que um bem; - onde quer que apareça a filosofia (referindo-se a conhecimento, erudição) a saúde moral da nação entra em decadência; - disse que corria entre os filósofos um dito que assegurava: "desde que surgiram os homens cultos, não se encontram homens honestos em lugar nenhum"; - continuava: a educação não torna bom um homem, faz apenas com que fique mais esperto; - e fulminava com esta aparente violência: "... e que um homem pensante (um intelectual no conceito atual) é um animal depravado".

O que Jean-Jacques Rousseau quis mostrar com esse ensaio, e depois com outros trabalhos, é que para a harmonia da sociedade humana os sentimentos e as afeições do coração são mais importantes do que a ação do intelecto. Isso representou quase uma heresia para aquele tempo que era "o século das Luzes", o tempo do império da Razão, mas não era uma novidade nas páginas da história social e política do homem.

\* Geólogo

### RN entra na rede de desenvolvimento industrial

O Governo do Estado realiza parceria com Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e passará a integrar a Rede Nacional de Agentes de Política Industrial (Renapi). A parceria será firmada nos dias 4 e 5 de setembro, quando será realizado o primeiro Seminário Renapi no Estado. "Esta rede atua na disseminação da cultura de inovação e do desenvolvimento industrial nos estados e municípios, aproximando agentes públicos e privados, difundindo os instrumentos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e promovendo capacitação", explica o secretário de Desenvolvimento Econômico, Marcelo Caetano Rosado.

## JORNAL Três Poderes d' A REPÚBLICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
WILMA MARIA DE FARIA  
GOVERNADORA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
FRANCISCO DE SALES MATOS  
PROCURADOR GERAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
ROBINSON MESQUITA DE FARIA  
PRESIDENTE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
PAULO ROBERTO CHAVES ALVES  
PRESIDENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
OSVALDO SOARES DA CRUZ  
PRESIDENTE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA PERES FILHO  
PROCURADOR GERAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
CLÁUDIO SANTOS  
PRESIDENTE

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
ERIDSON JOÃO FERNANDES DE MEDEIROS  
PRESIDENTE

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
IVAN LIRA DE CARVALHO  
JUIZ FEDERAL

#### ASSESSORES DE IMPRENSA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO  
RUBENS LEMOS FILHO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
ÂNGELA BEZERRA  
ANA CRISTINA FRANÇA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
LUCIANO HERBERT

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
JOÃO BATISTA MACHADO

TRIBUNAL DA JUSTIÇA  
GLÁCIA MARILAC

MINISTÉRIO PÚBLICO  
CASSIUS VARELA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
TAÍS SOARES CRUZ

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
MANASSÉS DA SILVA CAMPOS

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
ANNA RUTH DANTAS

#### EXPEDIENTE

EDITOR GERAL  
MOURA NETO

CHEFE DE REDAÇÃO  
EDSON BENIGNO

SECRETÁRIO GRÁFICO  
VALMIR ARAÚJO

REVISÃO  
ANCHIETA FERNANDES  
CARLOS DE SOUZA

FOTOGRAFIA  
CLOVIS SANTOS  
ARQUIVO / ANSECOM

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL  
ALESSANDRO AMARAL  
EMANOEL AMARAL

SUPERVISÃO GRÁFICA  
WILLIAMS LAURENTINO

FOTOLITO DIGITAL  
EDENILDO SIMÕES

PRODUZIDO E IMPRESSO NO  
DEPTO. ESTADUAL DE IMPRENSA - DEI

AV. CÂMARA CASCUDO, 355 - RIBEIRA - NATAL (RN) - FONES: (84) 3232-6781 - 3232-6791 - FAX: (84) 3232-6794  
trespoderesdarepublica@rn.gov.br

"O que Jean-Jacques Rousseau quis mostrar com esse ensaio, e depois com outros trabalhos, é que para a harmonia da sociedade humana os sentimentos e as afeições do coração são mais importantes do que a ação do intelecto".



## Devedores do Estado serão inscritos no SPC

Pessoas físicas e jurídicas que devem ao Governo do Estado serão incluídas em Serviços de Proteção ao Crédito. O decreto que dá base legal ao cadastro dos devedores já foi publicado e, desde julho, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) começou as negociações com entidades como o Serasa. A medida faz parte de um pacote para recuperar parte do R\$ 1,8 bilhão da dívida pública estadual. De acordo com o procurador-geral do Estado, Francisco Sales, há entre 25 mil e 30 mil pessoas físicas e jurídicas inscritas na dívida pública estadual. São casos de empresas que não pagaram o ICMS ou donos de veículos que têm IPVA atrasado.

Ele explica que há outras duas medidas para recuperar dívidas, mas ainda não oficializadas. Uma delas é a anistia de débitos inferiores a R\$ 1 mil que tenham sido ajuizados há mais de cinco anos. Segundo Sales, este tipo de dívida custa três vezes mais para os cofres públicos, considerando os custos para manter um caso assim tramitando na Justiça, tais quais vencimentos de magistrados, Ministério Público, funcionários envolvidos e a máquina administrativa em geral. A Secretaria Estadual de Tributação (SET) está analisando a proposta. A outra providência, que será enviada à governadora Wilma de Faria, é determinar que débitos menores de R\$ 5 mil sejam tratados administrativamente, e não cobrados por via judicial. "Mas estes permanecerão na dívida ativa", alerta Sales.

## Devedores concentram mais da metade da dívida

Mais de 54% dos créditos inscritos da Dívida Ativa do Estado está nas mãos de 100 devedores. Para conseguir recuperar boa parte dos mais de R\$ 984 milhões que estão concentrados entre os maiores, a PGE está realizando um trabalho em conjunto com a Secretaria Estadual de Tributação no intuito de rastrear os bens dos devedores e garantir a efetivação do pagamento.

Segundo a chefe da Procuradoria Fiscal e da Dívida Ativa, Vaneska Galvão, esse mapeamento da Dívida Ativa vai permitir que o Estado atue de forma mais incisiva perante os inscritos e possa, assim, recuperar boa parte dessa significativa fatia do total de aproximadamente R\$ 1,948 bilhão, que é o montante da dívida.

"A dificuldade está em pesquisar o erário dos inscritos. Muitos são empresas que não existem mais, que não possuem bens, mas nem por isso essa ação será menos efetiva, até porque sabemos que há muitos devedores que podem sanar a dívida que têm com o Estado", ressalta a procuradora.

# Executivo



Governadora Wilma de Faria empossa membros do Conselho de Economia Solidária

Foto: Jaime Paulino

## RN é o primeiro Estado a implantar Conselho de Economia Solidária

A governadora Wilma de Faria empossou no final de julho os membros do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES). Com o ato, realizado no auditório da Governadoria, o Rio Grande do Norte se torna o primeiro Estado brasileiro a implantar o órgão, formado por representantes do Governo do Estado e da sociedade civil e articulado nacionalmente pelo Ministério do Trabalho. A iniciativa, fruto da lei de número 8.798, de autoria do deputado estadual Fernando Mineiro e sancionada no ano passado pela governadora, tem como objetivo formular políticas públicas que ampliem os projetos de economia solidária já realizados em todo o país e que estimulem a implantação de novos projetos.

A economia solidária envolve um conjunto de atividades

econômicas (de produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, entre outras) organizadas sob a forma de autogestão. Isso significa a organização e o controle do processo de produção pelos próprios trabalhadores organizados em associações, que decidem sobre a destinação do produto e dos resultados de suas atividades. No Rio Grande do Norte, um exemplo bem sucedido é o Programa Desenvolvimento Solidário, que já financiou projetos de combate à pobreza rural para mais de 72 mil famílias de 152 municípios potiguares.

Para garantir a continuidade do Desenvolvimento Solidário, o Governo do Estado já anunciou a liberação de mais R\$ 50 milhões, atendendo outras 52 mil famílias. Os beneficiários são comunidades pobres do meio rural, constituídas de

pequenos produtores rurais (assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros, assentados), artesãos e outros grupos, desde que estejam representados por organizações comunitárias. Eles apresentam os projetos (instalação de casas de farinha, unidades de produção de mel e outros produtos ou compra de bovinos, por exemplo) e recebem recursos para viabilizar as atividades produtivas.

O programa mereceu elogios do diretor da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Roberto Marinho Alves, ligado ao Ministério do Trabalho. Ele também observou que, embora outros estados, como o Rio de Janeiro, já anunciaram a implantação do CEES, o Rio Grande do Norte foi o primeiro a torná-lo realidade.



# Parceria entre governos estadual e federal fortalece agricultura familiar

**A**s exposições em torno da atualidade da questão agrária brasileira e de uma agenda de ações para recolocar o tema no centro do debate nacional deram o tom à visita do secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Lopes de Almeida, ao Rio Grande do Norte, na semana passada. O secretário conversou com a governadora Wilma de Faria, a quem solicitou empenho junto à equipe econômica do governo federal para a aprovação de recursos previstos para a segunda etapa do Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF), além de manifestar confiança de que as parcerias com o Estado continuarão rendendo bons frutos na aplicação de recursos para programas de Assistência Técnica, Crédito Fundiário, Bibliotecas

Rurais Arca das Letras e Regularização Fundiária.

Para Adhemar de Almeida, o fundamental é criar uma unidade entre o Ministério, os movimentos sociais, os governos dos estados e municípios para que se possa fortalecer a agricultura familiar do Nordeste, que nunca foi vista como um agente importante do ponto de vista do desenvolvimento econômico para a região. Atualmente, mais de 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar, cuja cadeia de produção já alcança 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e chega a representar 85% dos estabelecimentos rurais em todo o país. A atividade é responsável por 77% da força de trabalho no meio rural brasileiro e é o segmento econômico, hoje, que mais gera emprego, em compa-

ração com qualquer outra área da economia brasileira.

Este dinamismo da agricultura familiar no último período pode ser atribuído, em grande parte, segundo ele, ao resgate de diversas políticas públicas. Nesta entrevista, Adhemar diz que é necessário incorporar o grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se encontram hoje marginalizados no circuito econômico porque não tem acesso à terra. O Rio Grande do Norte, que se destaca pela boa execução do Programa Crédito Fundiário, executado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (Seara), já mobilizou um total de 6.000 famílias, tendo beneficiado 3.864 famílias com a liberação de mais de R\$ 76 milhões para compra de terra e instalação de infra-estrutura.



Foto: Jaime Paulino

Adhemar de Almeida: integração com as políticas estaduais

## Qual a estratégia traçada pela SRA para se alcançar, novamente, os bons resultados na execução do Programa de Crédito Fundiário neste segundo momento?

**Adhemar** - Realizamos um Seminário Nacional de Avaliação e Planejamento e discutimos o que chamamos de 'nós críticos' do programa, identificados por avaliações externas feitas por universidades contratadas por licitações internacionais. A partir destes dados, extraímos os pontos que foram objetos de avaliação da oficina, que contou com a participação dos 21 Estados que executam o programa. Entre os elementos está a questão de uma revisão e aprimoramento das condições de pagamento; a adequação dos prazos de carência e de financiamentos; baixa da taxa de juros, considerando o cenário nacional de estabilidade; revisão dos tetos de financiamento; aprimoramento das parcerias com os Estados; capacitação inicial dos grupos; qualificação das assistências

técnicas; a questão do controle social e a questão ambiental. A partir daí, estamos iniciando uma série de atividades nos Estados, buscando construir os caminhos para a conquista da qualificação, que passa necessariamente pelo cadastramento dos profissionais que prestam o serviço; qualificação desses profissionais; revisão das formas de remuneração. A solução não está dada, temos o indicativo, começamos o diálogo com os Estados para iniciar o processo de intervenção.

## Na audiência com a governadora Wilma de Faria, o sr. pediu colaboração na execução do programa. Como os Estados podem ajudar nesse processo?

**Adhemar** - Hoje, o grande desafio pautado é a qualificação das assistências. Conseguir transferir tecnologia para esses agricultores que alcançaram crédito, terra. E o que estamos procurando junto aos Estados é acentuar o processo de

descentralização, buscando tirar desse processo o máximo de benefícios para as políticas que estamos desenvolvendo. É a articulação e integração na execução das diversas ações. Sabemos que o Estado do Rio Grande do Norte tem ações importantes para este segmento, como os programas Desenvolvimento Solidário, Crédito Fundiário, Proágua, as próprias ações da Seara e Emater. Uma série de programas desenvolvidos no âmbito estadual e federal que, se intensificar mais o processo de articulação dessas ações, conseguiremos potencializar a produção rural. É a assistência técnica chegando no tempo certo, fazendo a compra antecipada no momento certo, o PDS fazendo investimento no momento certo, para que nenhuma dessas ações se perca no meio do caminho. O desafio, cada vez maior, é buscar uma integração e aproximação com as políticas estaduais.

## O Rio Grande do Norte é o Estado

## que apresenta melhor desempenho na execução do programa. Que aspectos a Secretaria de Reordenamento Agrário aponta como indicativo do sucesso?

**Adhemar** - Primeiro, a característica do Estado. No Rio Grande do Norte, os municípios são essencialmente rurais; há 110 municípios com população de até 10 mil habitantes. Mas, além deste fator, resalto também o compromisso da governadora Wilma de Faria, do secretário Canindé de França e de toda a equipe da Seara na execução do programa. A decisão e a vontade política de um governante.

## Qual a agenda de ações do MDA que somam ao esforço do governo federal em recolocar a questão agrária no centro do debate nacional?

**Adhemar** - É preciso um investimento na área. Primeiro, o acesso à terra, através das ações do Inca, de desapropriações, e do PNCF, que é a de financiamento. Então, você destina o insumo básico, a

terra, a propriedade. Segundo, a ampliação das linhas de crédito. Terceiro, é a assistência técnica, que é o conhecimento, a tecnologia. Teremos nessa área uma suplementação na ordem de R\$ 100 milhões. Tínhamos R\$ 60 milhões, hoje são R\$ 160 milhões.

## Qual o balanço que o MDA faz das suas ações nestes quatro anos, na perspectiva de estruturar e dar segurança para o segmento da agricultura familiar?

**Adhemar** - Positivo. Hoje, a agricultura familiar está na pauta nacional. Deixou de ser simplesmente uma ação para se apresentar como uma alternativa no processo de desenvolvimento. Não existe mais aquela tese da agricultura familiar como uma forma de diminuir o êxodo rural ou de diminuir as favelas nos grandes centros. É a agricultura familiar com participação efetiva da produção dos alimentos, de uma produção mais voltada para o desenvolvimento sustentável.



## Novas Audiências Públicas

O reinício dos trabalhos legislativos significa a retomada do centro de debates em que se transformou a Assembléia Legislativa do RN. As audiências públicas, realizadas através do Centro de Estudos e Debates, vêm se configurando como um fórum permanente de discussões sobre os mais diferentes assuntos de interesse da sociedade organizada do Estado. Em agosto foi realizada mais duas audiências públicas. O primeiro debate, no dia 8, por proposição da deputada Márcia Maia (PSB), abordou as questões relacionadas a implantação da Lei Maria da Penha. O Poder Legislativo também discutiu, no dia 15, a problemática das filas de espera para tratamento de câncer, proposta pelo deputado Getúlio Rego (DEM). No primeiro semestre deste ano foram realizadas 17 audiências públicas, um recorde na história da Casa, quando foram abordados temas de interesse da população como: saúde, violência e educação.

## Prevenção de acidentes de trabalho

O setor médico da Assembléia Legislativa prepara para o segundo semestre de 2007 uma série de atividades visando à prevenção dos acidentes de trabalho e a qualidade de vida dos servidores da casa. Nos dias 13 e 15 de agosto foram realizadas palestras sobre Ginástica Laboral e Ergonomia. Na segunda etapa do programa, sob a coordenação de Fernanda Costa Bezerra, estão previstas atividades fisioterapêuticas na própria instituição, a adaptação do ambiente de trabalho às características físicas dos funcionários, a realização de ginástica laboral e a distribuição de cartilhas educativas contendo os exercícios a serem praticados. Além de interferir na qualidade de vida da população, provocando fadiga, ansiedade, insônia e até depressão, as doenças ocupacionais geram a redução no desempenho funcional.

# Legislativo

## Entrevista/Robinson Faria

# “Em sintonia com a população”

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Robinson Faria (PMN), fala nesta entrevista sobre a reabertura dos trabalhos e as expectativas para esse semestre, destacando o objetivo de fazer do legislativo uma instituição cada vez mais propositiva e sintonizada com as cobranças da população.

### Quais os principais projetos para a Assembléia Legislativa neste semestre?

A Assembléia deve continuar no ritmo do semestre passado - que foi bastante produtivo e encerramos com nossa pauta em dia -, mas dentro do sentimento que a população espera do parlamento brasileiro, de mais ousadia e criatividade. Esse semestre deve ser de trabalho dentro e fora da Assembléia. Vamos visitar obras que estão em andamento e são de interesse da população, para que se dê um grito e acorde a sociedade, a classe política e os agentes públicos para que obras de interesse do Rio Grande do Norte sejam novamente focadas, lembradas e que haja uma movimentação em torno de sua realização. Vamos visitar o Aeroporto Augusto Severo, que está com sua capacidade esgotada, precisando de uma ampliação; a obra do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, a mina de ferro de Jucurutu. Não tenho do que reclamar com relação ao semestre passado, que teve uma grande assiduidade e interesse dos parlamentares. Mas a Assembléia deve apenas dar esse plus, levar seu plenário para as ruas, para se encontrar com o povo, debater com o po-



Robinson Faria: instituição propositiva

vo, e a partir desse debate darmos o encaminhamento necessário às questões mais relevantes.

### Segundo o Centro de Estudos e Debates, a Assembléia novamente bateu o recorde de realização de audiências públicas no primeiro semestre. O que está previsto para o segundo semestre para o Fórum de Debates?

Quando eu fui eleito presidente da Assembléia Legislativa há quatro anos, tinha um grande sonho. O de transformar a Assembléia na Casa do Povo. De aproximá-la cada vez mais da população. Chegamos ao ponto máximo de nossa Casa ser a primeira do Brasil em número de audiências públicas, o que mostra a confiança da população no nosso Poder Legislativo. Vários segmentos da sociedade têm procurado interagir, discutir conosco. Hoje o fórum de debates é o pulmão da Assembléia, é a oportunidade dos deputados se encontrarem com a socieda-

de e a partir dessa troca de idéias, afinarmos cada vez mais nosso discurso e ações com as prioridades da população.

### E o projeto AL Itinerante. Qual a previsão para os próximos meses?

A Assembléia Itinerante é um projeto que já nasceu com personalidade, tendo como essência a parceria, que é estreitar, discutir a situação econômica, social, política, das regiões onde a Assembléia se instala. Já se comprovou a eficácia desse projeto. A população da Grande Natal, que representa quase a metade da população do nosso Estado, também tem reivindicado a instalação

da AL Itinerante. Há convites para que se instale em Macaíba, em São Gonçalo do Amarante e vamos definir onde será realizada primeiramente.

### Há uma expectativa muito grande com relação à exibição da TV Assembléia em canal aberto. Como estão os trâmites do processo?

A transmissão da TV Assembléia em canal aberto está na última etapa. Foram mais de dois anos de viagens à Brasília, de projetos, de papéis, de análises e assim chegamos à última etapa, em que não tem nada mais para ser analisado. Nada político, porque já passou pelo Congresso Nacional, já passou pela Casa Civil e inclusive o presidente Lula já assinou. Faltam somente os últimos detalhes no Ministério das Comunicações. A transmissão em canal aberto vai coroar nossas expectativas de ter um semestre de muito trabalho e uma parceria ainda mais estreita com a sociedade.



## Presidente do TCE firma acordo de cooperação técnica com TCU

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Paulo Roberto Alves, assinou um acordo de cooperação técnica com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues, com o objetivo de estabelecer cooperação na área de fiscalização e treinamento de pessoal. O acordo foi firmado no início deste mês, na sede do TCU, em Brasília.

Segundo o acordo, a cooperação pretendida na área de fiscalização consistirá na realização de trabalhos de fiscalização, inclusive em conjunto, nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado do Rio Grande do Norte, no tocante aos recursos públicos federais a eles transferidos, quando houver interesse recíproco dos Tribunais signatários e no conhecimento mútuo das normas e procedimentos de fiscalização, bem como a jurisprudência firmada por ambos os colegiados.

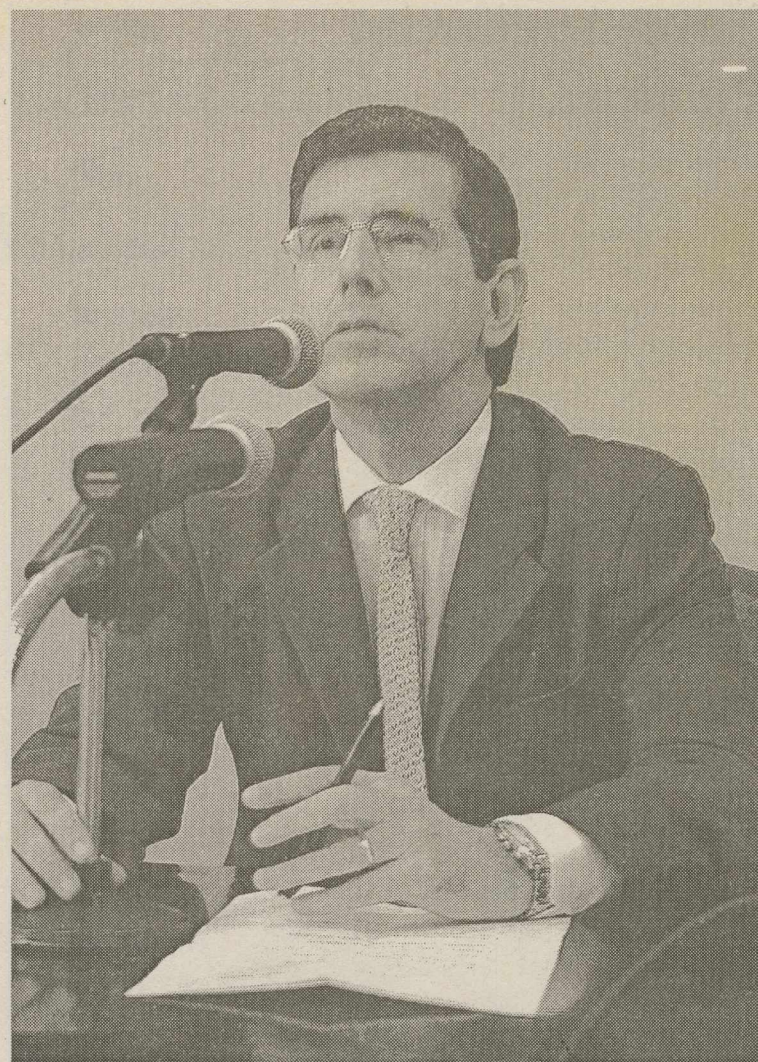
As atividades serão executadas na forma a ser definida, em cada caso, entre ambos os tribunais, por aditamentos ou mediante troca de correspondência e intercâmbio de informações técnicas, respeitadas as competências atribuídas pelas Constituições da República e do Rio Grande do Norte. Os trabalhos conjuntos deverão ter a supervisão do relator do TCU.

**Treinamento** - Extensão recíproca aos servidores das partes signatárias da possibilidade de participar da programação de cursos relativos à capacitação e ao desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas e permissão de que, dentro das disponibilidades, e com o objetivo específico de capacitação e desenvolvimento profissional, as unidades competentes dos signatários utilizem as dependências umas das outras, mediante solicitação encami-

nhada à respectiva Presidência dos órgãos participantes com antecedência mínima de 30 dias.

O relatório de fiscalização, conjunta ou exclusiva, será submetido ao relator do TCU, acompanhado das propostas cabíveis, e deverá ser encaminhado por cópia ao TCE-RN e arquivado na Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN). As falhas e impropriedades formais, a critério do relator, serão comunicadas ao órgão repassador dos recursos.

As fiscalizações decorrentes deste acordo, sempre que possível, serão precedidas de consultas recíprocas, feitas, preferencialmente, até 60 dias antes do início de cada semestre, com vistas à adoção das providências previstas nos normativos internos dos signatários. O TCE-RN dará conhecimento ao TCU da sua programação de fiscalização, logo que seja concluída sua elaboração.



Conselheiro Paulo Roberto: fiscalização e treinamento de pessoal

## Tribunal aprova contas do Governo do Estado

Em sessão especial, presidida pelo conselheiro Paulo Roberto Alves, o Tribunal de Contas Estado aprovou as contas da governadora Wilma de Faria, referentes ao exercício de 2006, além das contas dos Poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, que serão agora encaminhadas à Assembleia Legislativa para aprovação definitiva. A governadora Wilma de Faria foi representada pelo controlador geral do Estado, advogado Jorge Galvão.

O relator das contas foi o conselheiro Renato Costa Dias, que contou com uma Comissão Especial de Assessoramento, composta pelos técnicos do TCE: Luzenildo Moraes da Silva, Francisco Nascimento de Souza, Severiano Duarte Júnior, Luiz Fabra Laffite Neto, José Dias de Medeiros Neto, Djalma da Costa Guimarães e Raquel Madureira de Almeida.

No parecer, o relator considera que "as impropriedades verificadas, embora não constituam motivo que impeça a emissão de Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas do Governo do Estado, requerem a adoção das medidas indicadas nas conclusões e recomendações do referido Relatório". Na íntegra, o parecer prévio referente às contas do Poder Executivo:

### Parecer Prévio

Pela aprovação das Contas Anuais do Poder Executivo no exercício do ano de 2006.

**O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte**, reunido em sessão especial, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, da Constituição Estadual, combinado com o que dispõe o art. 56, *caput*, da Lei complemen-

tar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, e

**considerando** que as Contas foram prestadas tempestivamente pela Excelentíssima Governadora do Estado, em observância ao prazo previsto no art. 64, inciso XVIII, da Constituição Estadual;

**considerando** que os resultados da análise a que foram submetidas as Contas Anuais em epígrafe, abrangendo os Balanços e Demonstrativos do Orçamento Fiscal encontram-se especificados no Relatório, parte integrante deste Parecer;

**considerando** que as impropriedades verificadas, embora não constituam motivo que impeça a emissão de Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas, requerem a adoção das medidas indicadas nas conclusões e recomendações do referido Relatório;

**considerando** que a emissão do Parecer Prévio, através desta egrégia Corte, sobre as Contas Anuais prestadas pelo Poder Executivo, em atendimento ao disposto no art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não interfere, nem condiciona o posterior julgamento das contas individualizadas de responsabilidade dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, bem como daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade que acarrete prejuízo ao Erário, com fulcro no art. 53, inciso II, da Constituição Estadual;

**considerando** o cumprimento da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a não constatação de despesas realizadas sem autorização orçamentária;

**considerando** que restou comprovado o atendimento às exi-

gências legais, relativas às despesas com educação, pessoal e saúde;

**considerando** que foi constatado o cumprimento das exigências referentes ao último ano de mandato, nos termos da Lei nº 101, de 2000;

**Decide emitir Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas Anuais** do Poder Executivo, concernentes ao exercício 2006, sob a gestão da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Wilma Maria de Faria, submetendo-se à deliberação da augusta Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, em 25 de julho de 2007.

Conselheiro  
RENATO COSTADIAS  
Relator



## JF condena acusados de seqüestro

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte condenou seis pessoas acusadas de seqüestrar familiares de empregados da Caixa Econômica Federal e pedir resgate em barras de ouro. O caso ocorreu no dia 27 de julho de 2005 em Natal. A sentença, do juiz federal Mário Jambo, da 2ª Vara, condena Sidney Romualdo, Gilmar Mendes dos Santos, Fábio Batista de Oliveira, Claudivânia Ferreira Okeoma, Robson Barbosa da Silva e Roneiro Sampaio de Lima.

Eles cumprirão pena em regime fechado pelos crimes de extorsão mediante seqüestro, posse ilegal de arma, uso de documento falso e posse de artefato explosivo. Sidney Romualdo, Roneiro Sampaio de Lima e Gilmar Mendes dos Santos foram condenados, cada um, a 40 anos 5 meses e 20 dias de reclusão e ainda pagarão uma multa de R\$ 5.400. Fábio Batista de Oliveira e Claudivânia Ferreira Okeoma cumprirão pena de 38 anos de reclusão e pagarão multa de R\$ 3.800. Robson Barbosa da Silva foi condenado a 37 anos 8 meses e 20 dias de reclusão e multa no valor de R\$ 4.900.

Na sentença, o juiz observou que as seis pessoas, nos depoimentos à Justiça, descreveram detalhadamente a conduta criminosa, "demonstrando completo conhecimento da empreitada a ser realizada, inclusive com pontos coincidentes entre tais declarações, de modo a não deixar dúvidas acerca do comprometimento de cada um na prática delituosa".

Sidney Romualdo, Roneiro Sampaio, Gilmar Mendes, Fábio Oliveira e Robson Barbosa cumprem pena no presídio de Catanduva, no Paraná. Já Claudivânia Ferreira está em penitenciária de Recife, em Pernambuco. "De fato, o acervo probatório colacionado dá conta de que os mesmos executaram o delito de extorsão mediante seqüestro, tudo em consonância com a estratégia montada por ocasião da associação criminosa", analisou, na sentença, o juiz Mário Jambo. Na denúncia do Ministério Público eram ainda acusados Josafá Araújo de Almeida e Geovani Araújo de Almeida, que foram absolvidos pela Justiça.

# Judiciário

## Projeto em Nísia Floresta propõe criação de bosque



Projeto inclui fiscalização nas lagoas e dunas da praia de Búzios para evitar abusos contra a natureza

A Comarca de Nísia Floresta iniciou, no último dia 14, o Projeto "Plantar uma Floresta em Nísia Floresta", que tem por objetivo realizar o plantio de 10 mil árvores e a criação de um bosque para a comunidade, através de uma ação conjunta entre Poder Judiciário, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério Público.

A operação teve início com a reunião de todos os representantes das instituições, no Fórum Municipal de Nísia Floresta. E se consistiu em uma fiscalização na Lagoa denominada Ilhota, localizada em Búzi-

os, na Lagoa de Arituba e nas dunas de Búzios, onde foram constatadas construções irregulares de várias casas. O Ibama fez autuações administrativas onde foi constatada irregularidade ao meio ambiente.

A análise da licença para a construção e edificação ficou a critério do Idema e, ao ser constatado algum indício de crime ambiental, foi lavrado o Termo Circunstanciado de Ocorrência pela polícia. O Poder Judiciário realizou audiência preliminar dos casos, juntamente com o Ministério Público (autor do fato) e presença de advogado.

Todos os procedimentos aconteceram no ônibus do Juizado Especial - Justiça Itinerante, disponibilizado pela Coordenação dos Juizados Especiais,

concretizando, assim, as prioridades do presidente do Tribunal de Justiça do RN, desembargador Osvaldo Cruz, do coordenador dos Juizados Especiais, Guilherme Cortez e do Juiz de Direito de Nísia Floresta, Marcus Vinícius Pereira Júnior, no sentido de aproximar o Poder Judiciário da população.

Segundo Marcus Vinícius, novas audiências serão realizadas com pessoas autuadas pela prática de crimes ambientais. No final do mês, essas mesmas instituições envolvidas no projeto farão um sobrevôo da área com auxílio de ultra-levés para verificar os locais mais críticos e iniciar as ações. E será realizada mais uma fiscalização com o ônibus da Justiça Itinerante.



# Taquígrafas desempenham uma função essencial nas sessões do TRE

**A**lguns setores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RN) são pouco conhecidos por seus servidores. Um exemplo é o trabalho realizado pelas taquígrafas Maria Tereza Ribeiro e Alessandra Patrícia Gomes, da Seção de Apoio à Corte e Taquigrafia. Também conhecida como estenografia, a taquigrafia é uma técnica de escrita em alta velocidade, utilizada unicamente para o registro de falas, discursos e entrevistas.

Esse serviço foi implantado no TRE-RN em 1991 pelo desembargador Ítalo Pinheiro, então presidente do Tribunal. As taquígrafas acompanham as sessões da Corte Eleitoral e registram manualmente os pronunciamentos dos juízes em taquigramas, sinais que possibilitam a economia da escrita com o conseqüente aumento da velocidade. Dessa

forma, é possível registrar toda a sessão com o mínimo de perdas.

Em seguida, elas interpretam os sinais anotados e redigem as Notas Taquigráficas, que sempre devem ser submetidas à revisão pelos autores do pronunciamento. Essas notas servem de subsídio para a elaboração dos Acórdãos e das Atas das sessões do TRE-RN, mas sobretudo para o registro formal da História, como declarou Maria Tereza. Segundo ela, é importante que o trabalho da taquigrafia tenha o devido reconhecimento de sua importância. O setor também conta com a colaboração do servidor Marcelo Borja na elaboração das Atas.

Apesar da relevância do trabalho, há poucos profissionais capacitados a exercer a profissão no Rio Grande do Norte. Os interessados em se dedicar ao estudo dos taquigra-

mas precisam procurar professores particulares, porque não há escolas de taquigrafia no Estado. Foi assim que Maria Tereza, formada em Letras e Administração, se preparou para o concurso do Tribunal. Ela foi a primeira especialista em taquigrafia do TRE-RN e trabalha até hoje na Seção de Apoio à Corte e Taquigrafia. O método que ela utiliza é o Pitman, originado na Inglaterra.

Em abril de 2006, o TRE-RN nomeou a segunda especialista em taquigrafia, Alessandra Patrícia, formada em Direito e usuária do método Arlindo Lima. As duas taquígrafas do TRE-RN registram todas as sessões da Corte Eleitoral e em seguida revisam a transcrição uma da outra, para aprimorar o resultado. Quando há dúvidas, elas recorrem à gravação de áudio. Entretanto, elas afirmam que as novas tecnologias nunca vão substituir o

já tradicional trabalho humano.

Maria Tereza não acredita que a taquigrafia irá acabar. Segundo ela, as tecnologias podem falhar nos momentos mais inesperados. A prática da taquigrafia é um serviço especializado. A técnica remonta ao século I a.C., com as Notas Tironianas, que foi o primeiro sistema organizado de taquigrafia de que se tem notícia. O sistema foi inventado pelo escravo romano Marco Túlio Tiro, secretário de Cícero, o grande orador Romano.

O aprendizado da taquigrafia é comparável ao de um novo idioma. A escrita é baseada em taquigramas, sinais que representam sílabas ou palavras. Em alguns casos, frases que são utilizadas com frequência podem ser completamente representadas por apenas um taquigrama. É o que acontece por exemplo em am-

bientes com temas específicos, como em uma Corte Eleitoral. Existem diversos métodos, e cada taquígrafo pode adaptá-los a diferentes situações, inclusive criando taquigramas pessoais. Portanto, uma folha taquigrafada por um taquígrafo não necessariamente é compreendida por outro especialista.

Mas a taquigrafia não é um fim, é um meio. O objetivo é a transcrição dos símbolos em um texto coeso e com o máximo de semelhança ao discurso proferido. Para tanto, é importante a velocidade, que pode chegar a até 140 palavras por minuto. Adquirida com a prática, a velocidade varia de acordo com o orador, o tema e o vocabulário do discurso. Para um serviço de qualidade, é indispensável ainda que o taquígrafo tenha conhecimento avançado da língua portuguesa.

## MP firma parceria com Google para combater atividades ilegais na Internet

O Ministério Público do Rio Grande do Norte e a empresa Google Inc. com sede na Califórnia, nos Estados Unidos, já trabalham em conjunto na prevenção e no combate às atividades ilegais praticadas por usuários do Orkut no Estado. A parceria se tornou possível devido a acordo firmado entre o MP Estadual e a empresa norte-americana assinado pelo Procurador-Geral de Justiça José Augusto de Souza Peres Filho e pelos procuradores legais da Google, no final do mês passado.

Pelo compromisso firmado entre as partes, o Minis-



Representante da Google

tério Público terá uma página na Internet especificamente elaborada, que estará disponível 24 horas, para que os Promotores de Justiça solicitem diretamente à Google Inc. a remoção de conteúdo ou a preservação de informação relacionada à atividade ilegal no serviço do Orkut por usuários do Rio Grande do Norte. E também manterá uma equipe disponível para responder aos pedidos do MP, que deverão ser atendidos em até um dia útil.

A norte-americana Google irá disponibilizar ao Ministério Público Estadual uma conta no Orkut para a promoção de

campanha contra a pornografia infantil e contra a disseminação do preconceito de origem, raça, etnia, sexo, opção sexual, cor, idade, crenças religiosas e outras formas de discriminação.

Depois da assinatura do acordo, representantes da Google já voltaram ao Estado, acertaram os últimos detalhes para a implantação da parceria e o trabalho já foi iniciado. O Grupo de Atuação e Repressão ao Crime Organizado (GAERCO) foi instituído o gestor do Ministério Público no presente acordo, sendo responsável pela coordenação, supervisão, fiscalização, avaliação e exe-

cução deste novo instrumento de combate aos crimes praticados na Internet.

Um detalhe do acordo firmado entre o MP e a Google é a possibilidade da empresa norte-americana repassar, inclusive, informações relativas ao cadastro de seus usuários quando for detectado ameaça à vida de terceiros por usuários do Orkut.

O acordo firmado terá validade pelo período em que o serviço do Orkut for oferecido aos usuários no Brasil e prevê a possibilidade de que se avance na implementação de mecanismos de segurança e outras modalidades de cooperação.